



**PROJETO DE LEI Nº 591/2021**

Dispõe sobre a organização e a  
manutenção do Sistema  
Nacional de Serviços Postais.

**EMENDA MODIFICATIVA Nº , DE 2021**

Art. 1º. Dê-se a seguinte redação aos incisos I e II do art.  
2º do PL 591/2021:

“Art.

2º .....  
.....

I – serviço postal – **serviço público de interesse social**  
que torna possível o envio de correspondência ou de  
objeto postal de um remetente para um endereço final,  
certo e determinado, com ou sem indicação de  
destinatário;

II – serviço postal universal – serviço público **que torna  
possível o envio de correspondência de um  
remetente para um endereço final certo e  
determinado, com ou sem indicação de destinatário,**  
cuja garantia da prestação é de **competência** da União,  
nos termos do disposto no art. 6º, no território nacional  
de modo contínuo e com modicidade de preços,  
respeitadas as definições desta Lei e de sua  
regulamentação;

.....  
.....



## **JUSTIFICAÇÃO**

A Constituição Federal capitula Serviço Postal no artigo 21 da Constituição Federal que define conjunto de Serviços Públicos, assim, estabelecer que serviço postal se constitui exploração de atividade econômica, contradiz e confronta a literalidade da definição constitucional.

Corroborando este entendimento, o recente Decreto 10.282/2020 estabelece o Serviço Postal como serviço público e atividade essencial reforçando a legislação vigente – Lei de concessões – que indica o serviço postal como serviço público de interesse nacional.

Assim, a definição proposta nos incisos I e II do artigo 2º deve ser ajustada para alinhar-se ao arcabouço constitucional e infraconstitucional vigentes.

Sala das Sessões,

**Enio Verri**  
**Deputado Federal**

